

# Por uma questão de isonomia

Ministro Haddad defende o fim da isenção de impostos sobre compras por pessoas físicas no exterior de até US\$ 50. Segundo ele, a medida é necessária para coibir a sonegação e a concorrência desleal. Mudança deve encarecer produtos importados

» VICTOR CORREIA

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse ontem, em Xangai, que a decisão de acabar com a isenção de impostos para compras on-line de até US\$ 50 por pessoas físicas no exterior visa combater a "concorrência desleal" por parte de empresas estrangeiras, como algumas chinesas.

O governo alega que a decisão mira em empresas que fraudam dados da venda para burlar a taxaço. O fim da isenção pode encarecer produtos vendidos por plataformas como a Shein e a AliExpress, com preços abaixo do mercado. A repercussão negativa foi imediata, em especial nas redes sociais.

Haddad explicou o entendimento do governo. "O que se está reclamando, por parte de algumas empresas, é que está havendo uma espécie de concorrência desleal por parte de alguns sites. Está sendo investigado, e será coibido. O melhor que pode acontecer ao consumidor e à economia brasileira é uma isonomia na concorrência", argumentou o ministro em entrevista à GloboNews.

"Quando não tem [isonomia], prejudica muito a economia. Ninguém acha que vai ser bom para a economia brasileira contrabando, carga roubada, mercadorias feitas com base em trabalho análogo à escravidão", acrescentou o chefe da Fazenda. "Nada disso vai ser bom ao Brasil, e a maneira de garantir isso é concorrência igual para todo mundo", emendou.

Prejuízo de R\$ 8 bilhões

Haddad criticou ainda a repercussão negativa contra o governo, defendendo que há muita confusão e desinformação sobre a medida. O Executivo vem argumentando que "nada muda" para empresas que vendem seus produtos legalmente. Por conta das críticas, o governo iniciou um esforço de comunicação sobre a decisão, envolvendo os canais oficiais e também influenciadores alinhados com a gestão.

A medida é criticada por aumentar consideravelmente o preço de produtos vendidos nessas plataformas, que se tornaram bastante populares desde 2020. A taxaço não será voltada aos consumidores, mas as empresas devem repassar o valor ao consumidor final.

A isenção prevista em lei é apenas para compras entre pessoas físicas, ou seja, não vale para empresas. O que ocorre é que muitas plataformas adulteram o registro do valor final do produto e driblam a tributação ao registrar a venda como feita por uma pessoa física. O governo estima que a prática gera prejuízo de R\$ 8 bilhões por ano.

Empresas brasileiras também reclamam da concorrência desleal. Argumentam que os consumidores optam pelas plataformas estrangeiras que vendem produtos abaixo do preço oferecido pelo mercado brasileiro. O país tem uma das maiores cargas tributárias sobre o consumo do mundo, o que encarece o preço das mercadorias vendidas internamente.

F4/Agência



Segundo o ministro, a taxaço vai incidir sobre as empresas que tentam burlar o Fisco no e-commerce



Quando não tem [isonomia], prejudica muito a economia. Ninguém acha que vai ser bom para a economia brasileira contrabando, carga roubada, mercadorias feitas com base em trabalho análogo à escravidão"

Fernando Haddad,  
ministro da Fazenda

## Tebet: LDO deve ir hoje ao Congresso

» HENRIQUE LESSA

A proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2024 (LDO), deve ser enviada ao Congresso hoje, garantiu ontem a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet. A proposta do novo arcabouço fiscal, acrescentou, deve aguardar o retorno da China do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, para ser protocolada no parlamento na próxima terça-feira.

Em princípio, a LDO e o arcabouço seriam protocolados juntos nesta sexta-feira, em função

do prazo legal de entrega da LDO ser até 15 de abril de cada ano. Mas a necessidade de ajustes no texto do projeto do marco fiscal obrigou o governo a adiar o envio da proposta para a próxima semana.

"Não deu tempo de fazer os últimos ajustes, a princípio solicitados ontem (quarta-feira) na reunião que tivemos com outros ministros, para que o presidente Lula e o próprio ministro Haddad pudessem assinar essa lei. Por isso é que não chegamos juntos a LDO e o arcabouço", explicou Tebet.

Segundo a ministra, os

principais pontos da nova regra estão pacificados no governo, e o presidente Lula já fechou com a proposta. Os ajustes necessários dizem respeito à redação do texto e não alteram as diretrizes anunciadas pelo governo na semana passada.

"Foi mais pedido nosso mesmo, redacional, para aliar a experiência que nós temos no Congresso Nacional com a do Ministério do Planejamento e Orçamento. Nós fizemos várias solicitações de mudança redacional que foram todas aceitas pelos demais ministros. Então, só para deixar muito claro que não foi

solicitação nem do núcleo político do governo, nem da Casa Civil", justificou a ministra.

Tebet apontou que a LDO deste ano é "atípica", pois a proposta se baseia na regra do teto de gastos (ainda válida), mas ao mesmo tempo aponta para as regras do novo arcabouço. "Nós estamos diante de uma LDO com números muito feios à luz do teto de gastos. Então, vamos apresentar números que mostram que isso só reforça a necessidade de um novo arcabouço fiscal, porque essa que está aí zera a possibilidade de despesas discricionárias", observou.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Braziliense - Brasília/DF

Seção: Economia Pagina: 8